

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (RELATOR): Trata-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, proposta pelo Procurador-Geral da República, tendo por objeto o art. 5º, II, da Lei 7.174/2015, do Estado do Rio de Janeiro, que disciplina o imposto sobre transmissão *causa mortis* e de doação de quaisquer bens ou direitos. Eis o teor do dispositivo impugnado:

Art. 5º. O imposto é devido ao Estado do Rio de Janeiro:

[...]

II – na transmissão de bem móvel ou de bem imóvel situado no exterior, bem como de direitos a eles relativos, se nele estiver localizado o domicílio:

a) do doador;

b) do donatário, quando o doador for domiciliado no exterior;

c) do falecido, na data da sucessão, observado o disposto no § 3º deste artigo; ou

d) do herdeiro ou legatário, quando o falecido, na data da sucessão, era residente ou domiciliado no exterior.

O requerente narra que, ao instituírem a cobrança do imposto sobre transmissão *causa mortis* ou de doação de quaisquer bens ou direitos – ITCMD nas hipóteses de transmissão de bem móvel ou imóvel situado no exterior, as normas impugnadas violariam os arts. 146, I e III, *a*, e 155, § 1º, III, da Constituição Federal, que impedem que Estados e o Distrito Federal realizem a cobrança unilateral de ITCMD nessas hipóteses, sem prévia disciplina de Lei Complementar federal.

Aduz que a controvérsia constitucional veiculada nesta Ação Direta de Inconstitucionalidade foi analisada por este SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL quando do julgamento do Recurso Extraordinário 851.108/SP (Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, DJe de 20/4/2021), paradigma de repercussão geral (Tema 825), em que a CORTE assentou ser inviável que Estados e o Distrito Federal instituíam ITCMD nas hipóteses referidas no art. 155, § 1º, III, da Constituição Federal, enquanto não editada a Lei Complementar federal nele mencionada, sob pena de afronta ao referido dispositivo constitucional e também ao art. 146, I e III, *a*, da Constituição Federal.

Argumenta que, muito embora de observância obrigatória pelos

órgãos do Poder Judiciário, por constituir paradigma de repercussão geral, referido acórdão não vincula a atuação de órgãos das administrações públicas estaduais e distrital, sobretudo enquanto existentes leis estaduais e distritais como a ora impugnada, de onde defluiria o cabimento desta Ação Direta, dirigida a *“extirpar do mundo jurídico dispositivos legais editados em desacordo com o art. 155, § 1º, III, da Constituição Federal e, com isso, impedir que órgãos da administração pública exijam ITCMD nas hipóteses elencadas na norma constitucional, sem prévia edição de lei complementar federal”*.

Requeru a concessão de medida cautelar e, ao final, a procedência do pedido para declarar, com efeitos *ex nunc*, a inconstitucionalidade do art. 5º, II, da Lei 7.174/2015 do Estado do Rio de Janeiro.

Em 14/5/2021, com fundamento no art. 10, § 3º, da Lei 9.868/1999 e no art. 21, V, do RISTF, concedi a medida cautelar pleiteada, *ad referendum* do Plenário desta SUPREA CORTE, para suspender a eficácia dos dispositivos impugnados, até julgamento final da demanda.

No esmo ato, determinei fosse comunicado ao Governador e à Assembleia Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, para ciência e cumprimento da decisão, solicitando-lhes informações, bem como fosse dada vista ao Advogado-Geral da União e ao Procurador-Geral da República, para que cada qual se manifestasse de forma definitiva sobre o mérito da presente Ação Direta de Inconstitucionalidade.

A Assembleia Legislativa e o Governador do Estado do Rio de Janeiro defenderam a constitucionalidade dos dispositivos impugnados. Em síntese, sustentam que, tendo a União deixado de exercer sua competência legislativa para editar normas gerais sobre o tema, os Estados-Membros passaram a ter competência legislativa plena para instituir o imposto sobre transmissão *causa mortis* e de doação de quaisquer bens ou direitos. Também sustentam que as hipóteses previstas nas alíneas “a” e “c” do inciso II do art. 5º da Lei 7.174/2015 não se encontrariam sujeitas à reserva de lei complementar, pois vinculadas ao inciso II do § 1º do art. 155 da Constituição Federal.

Na Sessão Virtual de 28/5/2021 a 7/6/2021, o TRIBUNAL, por unanimidade, referendou a liminar concedida para suspender a eficácia do art. 5º, II, da Lei 7.174/2015 do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do voto por mim proferido.

A Assembleia Legislativa e o Governador do Estado opuseram embargos de declaração contra o referido acórdão, reiterando a compreensão sobre a inaplicabilidade da tese firmada no julgamento do

Recurso Extraordinário 851.108 (Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, DJe de 20/04/2021) às hipóteses previstas nas alíneas “a” e “c” do inciso II do art. 5º da Lei 7.174/2015.

O Advogado-Geral da União, por sua vez, manifestou-se pela procedência do pedido, em peça assim ementada:

Tributário. Artigo 5º, inciso II, da Lei nº 7.174/2015 do Estado do Rio de Janeiro, que disciplina o imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos. É vedado aos Estados e ao Distrito Federal instituir o ITCMD nas hipóteses referidas no artigo 155, § 1º, inciso III, da Constituição Federal sem a edição da lei complementar exigida pelo citado dispositivo constitucional. Referidos entes federados não dispõem de competência legislativa em matéria tributária para suprir a ausência dessa lei complementar, pois trata-se de diploma necessário à fixação nacional da exata competência dos Estados. Medida cautelar concedida por essa Suprema Corte. Manifestação pela procedência do pedido.

Por fim, o Procurador-Geral da República reiterou as razões lançadas na inicial, manifestando-se pela confirmação da medida cautelar deferida, para que seja declarada a inconstitucionalidade do art. 5º, II, da Lei 7.174/2015 do Estado do Rio de Janeiro.

É o relatório.